



EDITORA SCIPIONE S.A.
CNPJ nº 44.127.355/0001-11

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Diretoria permanece à disposição dos senhores quotistas para quaisquer esclarecimentos. As Demonstrações Financeiras completas e auditadas, encontram-se na Sede da Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Nota 31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		(Reapresentado Nota 2.4)	(Reapresentado Nota 2.4)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	360	42
Títulos e valores mobiliários	6	5.806	321.723
Contas a receber	7	36.399	10.074
Estoques	8	28.264	20.914
Adiantamentos	9	2.402	1.345
Partes a recuperar	19	16.604	12.751
Partes relacionadas	19	64.968	975
Total do ativo circulante		154.803	367.824
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	9	11.882	23.026
Depósitos judiciais	16	361	466
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	2.897	2.209
Partes relacionadas	19	4.187	59.838
Imobilizado	10	637	974
Intangível	11	4.276	2.104
Total do ativo não circulante		24.240	88.617
Total do ativo		179.043	456.441

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Nota 31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		(Reapresentado Nota 2.4)	(Reapresentado Nota 2.4)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		13.254	2.714
Fornecedores risco sacado		23.391	30.183
Obrigações trabalhistas	13	9.649	4.562
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1.728
Tributos a pagar	14	993	1.216
Adiantamentos de clientes		3.499	2.343
Demais contas a pagar		-	78
Partes relacionadas	19	4.712	231.561
		55.496	274.385
Não circulante			
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	15	5.333	4.943
Partes relacionadas		-	205.559
		5.333	4.943
Total do passivo		60.831	279.328
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	175.674	245.674
Reservas de capital	18.2	2.071	1.811
Prejuízos acumulados		(50.533)	(70.372)
Total do patrimônio líquido		118.212	177.113
Total do passivo e patrimônio líquido		179.043	456.441

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota 31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado Nota 2.4)
Receita líquida de vendas e serviços	20	63.915
Costo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(39.781)
Lucro bruto		24.134
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas	21	(1.005)
Gerais e administrativas	21	(8.652)
Reversão (provisão) de perda esperada	7	1.279
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	8
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		15.764
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	22	8.656
Despesas financeiras	22	(10.899)
Lucro operacional antes dos impostos		13.521
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	17	(3.370)
Diferidos	17	588
Lucro líquido do exercício		10.839
Lucro básico por ação ON - R\$	23	0,10

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Capital	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	245.674	1.811	(84.315)	163.170
Juros sobre capital próprio	-	-	(7.850)	(7.850)
Lucro do exercício	-	-	21.793	21.793
Saldos em 31 de dezembro de 2021	245.674	1.811	(70.372)	177.113
Resultado abrangente do exercício	-	-	10.839	10.839
Lucro do exercício	-	-	10.839	10.839
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	10.839	10.839
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas				
Redução de capital (nota 18.1)	(70.000)	-	-	(70.000)
Opções outorgadas reconhecidas	-	260	-	260
Saldos em 31 de dezembro de 2022	175.674	2.071	(59.533)	118.212

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	10.839	21.793
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	10.839	21.793

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

	Nota 31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado Nota 2.4)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.521	28.345
Ajustes para conciliação ao resultado:		
Depreciação e amortização	10 e 11	903
Reversão (provisão) para perda esperada	7	(1.279)
Provisão para perdas dos estoques	8	160
Reversão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	15	(19)
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas	15	713
Encargos financeiros em valores recebidos da controladora		6.831
Outorga de opções de ações		260
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	22	(8.248)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Aumento em contas a receber	(25.046)	(3.255)
Aumento em estoques	(7.510)	(10.291)
Aumento em adiantamentos	(1.057)	(1.159)
Redução em tributos a recuperar	8.030	3.010
Redução em depósitos judiciais	105	179
(Aumento) redução em partes relacionadas	(8.328)	14.838
(Redução) aumento em fornecedores	10.540	(1.111)
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado	(6.792)	9.957
Aumento em obrigações trabalhistas	5.087	2.695
Redução em tributos a pagar	(4.633)	(7.239)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes	1.156	(566)
Pagamento de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	(304)	(156)
Redução nas demais contas a pagar	(77)	(47)
Juros em pagamento de valores cedidos pela controladora	(29.056)	-
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(45.043)	38.460
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.427)	(3.859)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(46.470)	34.601
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Resgate) investimentos de títulos e valores mobiliários	324.165	(32.287)
Adições ao intangível	11	(2.739)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	321.426	(33.398)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de Capital	18	(70.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas	(4.638)	(1.177)
Pagamento de valores cedidos pela controladora	(200.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(274.638)	(1.177)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	318	26
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	42
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	360
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	318	42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Editora Scipione S.A. ("Companhia" ou "Scipione"), sociedade anônima constituída em 1º de março de 2004, com sede na Alameda Santos, 960, na cidade de São Paulo - SP, tem como principais atividades, editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdo educacionais, literários e informativos. A controladora direta da Companhia é a Saber Serviços Educacionais S.A., que possui participação de 84,2%, sendo que as demais ações cuja participação totaliza 15,8% pertencem à Somos Educação S.A., ambas Empresas do Grupo Cogna. As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela emissão pela Administração em 20 de julho de 2023.

2. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas da respectiva rubrica e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adota estimativas contábeis e julgamentos críticos, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideráveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nessas premissas, são realizadas estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1. Julgamentos:** A Empresa não possui operações, em 31 de dezembro de 2022, que necessitem de julgamentos específicos **3.2. Estimativas:** A Empresa faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", o método de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para reconhecer as diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos, conforme nota explicativa 1. **b) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perda seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Ver nota explicativa 15. **c) Provisão para perdas esperadas:** A Companhia efetua análises das contas a receber, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir perdas nas suas realizações, conforme apresentado na nota explicativa 6(c). **d) Estoques - Provisão para obsolescência dos estoques:** A Empresa adota como critério para o provisionamento de obsolescência de estoque o aging de produção por tipo de produto e selo, e adicionalmente considera os itens de coleção ou selos que foram descontinuados, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quanto mais antiga é a data de produção em relação à data-base. A Empresa considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de períodos em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. Os saldos contábeis registrados em decorrência desta política estão apresentados com maior detalhamento na nota explicativa 7.

9. Imobilizado:

	Móveis, equipamentos e utensílios	Edifícios e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Total
Depreciações	(38)	(369)	-	(407)
Transferências	3	3	(4)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83	891	-	974
Depreciações	(30)	(307)	-	(337)
Prejuízos acumulados	53	584	-	637
Taxa média anual de depreciação	11%	16%	0%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	689	4.485	-	7.375
Custo	(636)	(3.901)	-	(6.738)
Depreciação acumulada				
10. Intangível:				
Saldos em 31 de dezembro de 2020				
Adições	1.111	-	1.111	
Amortizações	(497)	(9)	(506)	
Transferência	37	(37)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.103	1	2.104	
Adições	2.739	-	2.739	
Baixas	-	(1)	(1)	
Amortizações	(566)	-	(566)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.276	-	4.276	
Taxa média anual de amortização	20%	0%		
Custo	20.842	19	20.861	
Amortização acumulada	(16.566)	(19)	(16.585)	
11. Obrigações trabalhistas:				
Salários a pagar	566	778	299	
INSS a recolher	170	84	84	
IRRF a recolher	747	620	620	
Provisão de férias e 13º salário	877	196	196	
Encargos sobre provisões	259	66	66	
Provisão de participação dos lucros	4.148	819	819	
Comissões a funcionários	2.063	2.468	2.468	
Outros	41	10	10	
Saldos em 31/12/2021	9.649	4.562	14.211	
ISS	35	31	31	
PIS	2	-	-	
COFINS	10	-	-	
IRRF	946	1.178	1.178	
CSLL	-	1	1	
Demais	-	6	6	
Saldos em 31/12/2022	993	1.216	2.209	

13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, classifica a possibilidade de perda dos processos judiciais nos quais a figura como parte (ré). **13.1. Processos com expectativa de perda provável e movimentação:**

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2021	4.023	11	909	4.943
Adições	-	15	307	322
Atualização monetária	164	1	548	713
Reversões	(6)	(9)	(333)	(341)
Total efeito resultado	164	8	522	694
Pagamentos	-	-	(304)	(304)
Saldos em 31/12/2022	4.187	19	1.127	5.333

13.2 Processos com expectativa de perdas possíveis: O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Companhia:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	73.354	79.718	87	89
Cíveis	776	776	1	1
Trabalhistas	700	3.421	3	3
Total	74.830	83.915	91	93

A Companhia e suas controladoras possuem em 31 de dezembro de 2022, 21 demandas judiciais e administrativas classificadas pela Administração como risco de perda provável com base na opinião de seus assessores legais. A seguir destacamos as principais: (i) **Tributárias:** • Auto de infração relacionado a cobrança de possíveis débitos referentes a COFINS do período de apuração outubro a dezembro de 2010, na importância de R\$ 12.043; • Auto de infração relacionado a cobrança de PIS/COFINS do exercício de 2012, na importância de R\$ 7.150; • A Companhia ainda é parte em 85 processos que totalizam o montante de R\$ 54.161. As demandas são principalmente relacionadas a tributos diversos. (ii) **Cíveis:** • Ação movida contra a Editora, onde o autor alega a utilização sem autorização, de materiais do acervo intelectual para elaboração de livros didáticos, no montante de R\$ 776. (iii) **Trabalhistas:** • Reclamação trabalhista envolvendo pedidos de bônus remuneratório, gratificações, horas extras e demais verbas trabalhistas na importância de R\$ 601.

14. Depósitos judiciais:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	247	444
Cíveis	18	22
Trabalhistas	96	96
Total	361	566

15. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: **15.1. Imposto de renda e contribuição social no resultado:** O imposto de renda e a contribuição social provisionados no exercício diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro da Companhia. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social do período	13.521	28.345
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(4.597)	(9.637)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido	1.891	3.085
IRPJ e CSLL demais movimentações	24	

* continuação

EDITORA SCIPIONE S.A. - CNPJ nº 44.127.355/0001-11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselho de Administração e Acionistas da Editora Scipione S.A. São Paulo - SP Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Scipione S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Scipione S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. **Base para opinião:** Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 27 de junho de 2022. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre elas tomados em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela

elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de julho de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Flavio Gozzoli Gonçalves
Contador - CRC 1SP290557/O-2

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CVM nº 02570-0
CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 3530055830

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2023

Convocamos os senhores acionistas a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária do Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("Companhia") que se realizará em primeira convocação no dia 17 de agosto de 2023, às 15 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Samuel Morse, nº 74, 13º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP ("AGE"), nos termos dos artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia ("Ordem do Dia"): (i) aprovar a alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de aumentar o limite de capital autorizado da Companhia; (ii) aprovar a alteração do parágrafo 1º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de compatibilizar o prazo para convocação de Assembleias Gerais com o prazo legal aplicável, previsto no artigo 124, § 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações; (iii) aprovar a alteração do parágrafo 8º do artigo 16º e do parágrafo 6º do artigo 19º do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de incluir a possibilidade de assinatura de atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria por meio físico, eletrônico ou digital; (iv) ratificar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (v) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovadas as matérias constantes dos itens "i", "ii", "iii" e "iv" acima. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGE, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.planoeflanori.com.br), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de maio de 2022, conforme alterada e em vigor ("RCVM 81/22"). 2. Para tomar parte e votar na AGE, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente, com 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral, (i) documento de identidade, **caso o acionista seja pessoa física**, (ii) atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, **caso o acionista seja pessoa jurídica**; e (iii) comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGE. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações e comprovantes de identidade até o mesmo momento e pelo mesmo meio acima referido. Os originais dos documentos aqui referidos, ou suas cópias, dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da AGE. Não será admitida a participação à distância no âmbito da AGE. As demais instruções relativas à AGE estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (www.planoeflanori.com.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br). São Paulo, 26 de julho de 2023.

RODRIGO UCHOA LUNA - Presidente do Conselho de Administração



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1C7B-FBC4-B9D8-C4DE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1C7B-FBC4-B9D8-C4DE



Hash do Documento

3F29B53BEA7F0D020DE2B5D4CC6B7A77D66A12912FAA52EFDFADE995B735C929

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/07/2023 é(são) :

Jornal O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 176.916.788-94 em 28/07/2023 07:05 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

